

# *Decisões amargas mas necessárias*

JOÃO DÓRIA Jr.

O crescimento econômico do Brasil passa pela solução para o déficit público, a equação da dívida externa, o controle da inflação e o estímulo a novos investimentos. As equações são complexas, e nem sempre as respostas podem contentar gregos e troianos. Mas será que o Brasil está fadado a viver a fábula do jumento que diante de dois montes de feno, morreu de fome, por não saber escolher um deles? Não, se a alternativa for a de tomada de posições, ainda que desagradem parcela do público, dos políticos, dos formadores de opinião e do próprio Governo.

Conter os gastos públicos e melhorar a eficiência do Governo na prestação de seus serviços é a tarefa mais dura, mas que precisa ser cumprida. Para realizá-la é necessário diminuir o volume de empregados no funcionalismo, rever programas de investimento, reduzir e cortar alguns subsídios, elevar o nível de qualidade dos serviços públicos, combater duramente a corrupção, estabelecer planos de trabalho para curto, médio e longo prazo e criar programas que atraiam o capital privado, nacional e multinacional, para setores produtivos da economia brasileira. Aliás, a retomada de investimentos é primordial, seja qual for a fórmula de ajustes econômicos. O Brasil precisa de novos empregos gerados por estes investimentos, na mesma medida em que necessita controlar o seu crescimento populacional.

Recentemente, em conferência pronunciada em Nova Iorque, empresários americanos assustaram-se ao saber que só a capital de São Paulo recebe 25 mil novos imigrantes, em absoluta miséria, todo mês. E que o estado de São Paulo aceita outras 25 mil a ca-

da 30 dias. Não há economia que suporte tantas bocas a sustentar. Famílias com cinco, nove, dez filhos representam uma aceleração incontrolável do estado de miserabilidade de 70 por cento da população brasileira. A eficiência e a coragem de um Governo passam também pela correta administração da saúde pública e por um amplo programa de paternidade responsável.

Para promover novos investimentos, diretos ou através da conversão da dívida externa, o Brasil precisa de poupança. Esta deve ser pública ou privada. Já que a primeira é amplamente deficitária, neste momento cabe a alternativa privada. Para funcionar, basta que se criem regras desburocratizadas e estimuladoras, como fez recentemente o Banco Central, com a regulamentação para conversão da dívida externa em investimentos.

Alguns ajustes serão sempre necessários quando se implanta uma política de abertura econômica. Mas isto é normal em qualquer parte do mundo. Ninguém pode acertar sem ter a perspectiva de que pode errar e de que deve estar preparado para corrigir as falhas. Vergonhoso não é errar, é deixar de fazer.

Oxalá os hipócritas, os mediocres e os bajuladores possam ter menos presença na vida política e econômica do País. E que os empresários, trabalhadores e homens públicos façam o que o México acaba de realizar, um Pacto de Solidariedade Econômica para garantir o crescimento da nação, sem comprometer os assalariados, mas sem abrir mão do rigor na tomada de decisões amargas, que garantam um futuro melhor para uma nação. No Brasil, a responsabilidade é nossa.